

Lula admite que PT foi mal e prega mudanças

Ao Correio, analistas diagnosticam os principais problemas

Por Gabriela Gallo

Quase após o primeiro turno das eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reconheceu que o Partido dos Trabalhadores não teve um bom desempenho na disputa eleitoral. Em entrevista à rádio O Povo/CBN, em Fortaleza (CE), na sexta-feira (11), o presidente da República disse que o partido precisa “rediscutir” o seu papel eleitoral.

“Temos que rediscutir o papel do PT. Hoje, 80% dos prefeitos [petistas] foram eleitos em cinco estados, todos do Nordeste. Tivemos boa participação no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais ganhamos as que já governamos [Juiz de Fora e Contagem], mas não fomos bem em São Paulo. Perdemos São Bernardo do Campo, Santo André, perdemos inclusive Araraquara, onde tínhamos certeza de que íamos ganhar”, afirmou.

Mudanças

E, nessa discussão, o partido precisa refletir e mudar seu discurso sobre as mudanças do mercado de trabalho – no qual muitos eleitores têm optado por trabalhar por conta própria e sem carteira assinada. Segundo Lula, a falta de atualização do partido nesse atual cenário tem afastado a legenda dos trabalhadores.

“Precisamos adequar o nosso discurso ao mundo do trabalho, que não é só a carteira profissional assinada. É o cara que quer trabalhar em home office, é o cara que quer ser um pequeno empreendedor, é o cara que quer ter um pequeno comércio, é o cara que quer trabalhar por



Lula avalia que partido vai precisar rediscutir suas estratégias

conta própria”, reiterou Lula.

Na avaliação do cientista político Isaac Jordão, o PT apresenta maiores dificuldades em conversar com o eleitorado urbano na faixa de renda entre dois salários-mínimos (atualmente R\$ 2.824) e cinco salários-mínimos (R\$ 7.060). “Este público foi o que mais sofreu com a crise econômica que começou em 2013 e que ainda está em uma situação que é muito vulnerável a mudanças na economia. Ao mesmo tempo é um eleitorado cuja confiança o PT não tem conseguido reconquistar”, disse ao Correio da Manhã.

Para a reportagem, o consultor em análise política da BMJ Consultores Associados, Érico Oyama reforçou que o PT é um partido de raiz sindical, “de luta por maiores direitos de trabalhadores formais”.

“No entanto, há uma parceria significativa hoje de pessoas de classe média e baixa que são

profissionais liberais e atuam sem carteira assinada. Essas pessoas buscam um menor peso do Estado na atuação do setor privado, e não pagar mais impostos para haver maiores garantias aos trabalhadores CLT”, destacou o analista político.

Para a reportagem, o cientista político Márcio Coimbra avaliou que o partido não se modernizou considerando a realidade econômica do país e a realidade social do mundo – inclusive por não trocar suas lideranças, mantendo as mesmas da década de 1980, sem conseguir seguir em frente. “Não surgindo novas lideranças, não se tem novas ideias. Não se tem uma esquerda alinhada com os desafios do mundo moderno”, considera o analista. “O PT está preso ao passado e se continuar assim ele vai continuar perdendo eleitores. Se não encontrar uma renovação vai continuar perdendo eleitores e vai acabar com um fim melancólico.

Eu não vejo a possibilidade do Lula se reelegendo em 2026 dentro desse cenário”, afirmou.

Coimbra destacou que “as pautas da esquerda moderna no mundo são outras” das propostas pelo PT, citando como exemplo o governo chileno, que tem se mantido firme na pauta de defesa aos direitos humanos condenado tanto ditaduras da esquerda (Venezuela) quando da direita (El Salvador).

Mau desempenho

Nestas eleições, o PT elegeu 248 prefeitos no primeiro turno, ficando na nona posição do ranking geral de partidos. A sigla tem mais 13 candidatos disputando o segundo turno.

Para Érico Oyama, o resultado agora evidencia algo que já se desconfiava com relação às eleições de 2022.

“Em 2022, houve uma vitória de Lula e da coalizão formada para derrotar Bolsonaro, e não um êxito da esquerda”.

Senado foca em relatório que regulamenta tributária

Por Gabriela Gallo

Após uma primeira semana pós primeiro turno eleitoral mais moderada, diversas pautas de interesse do governo entram em discussão no Congresso Nacional. Após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados ter aprovado uma série de medidas para limitar os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), batizado de pacote anti-STF, dois projetos seguem para votação no plenário da Casa – ainda sem data para serem votados.

Os temas são de interesse dos parlamentares de oposição. Porém, nos bastidores o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que não terá pressa na tramitação das medidas.

Como nas medidas aprovadas estão duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs), Lira precisa criar comissões especiais temporárias para avaliar os temas.

O presidente da Casa ainda não se manifestou sobre como ficará esse cronograma.

Na última terça-feira (8), a CCJ também iria votar o projeto de lei que anistia os presos dos atos antidemocráticos que atacaram às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. O projeto foi adiado pela segunda vez e a comissão tem não agenda marcada para esta semana.



Braga deve apresentar esta semana plano de trabalho

Reforma Tributária

Enquanto a Câmara dos Deputados segue na incerteza quanto aos temas ligados ao poder Judiciário, o Senado Federal corre contra o tempo para elaborar o relatório final do PLP 68/2024, primeiro projeto que regulamenta reforma tributária.

Nomeado na última semana como relator, nesta quarta-feira (16), o senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentará o plano de trabalho para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado começar a discutir o tema.

Governadores e prefeitos

Braga já adiantou que o tema na CCJ começará com duas audiências temáticas so-

bre os impactos da medida, uma para ouvir governadores e outras para ouvir prefeitos. Após isso, a comissão realizará audiências temáticas para ouvir setores que serão impactados com a medida.

O PLP 68/2024 já recebeu 1.300 emendas de parlamentares e terá alterações no texto que farão com que ele retorne à Câmara. Mesmo assim, segue a previsão de ser votado no plenário da Casa ainda na primeira semana de novembro.

A expectativa do governo é ver a reforma tributária regulamentada até o final do ano para que, sancionados os projetos, eles entrem em vigência e comecem a produzir efeitos. A reforma prevê um período

de transição, que vai até 2033, para que os atuais impostos sejam totalmente substituídos pelos novos. É um calendário complexo porque, além do primeiro projeto que tramita na Câmara, o segundo projeto ainda está na Câmara, aguardando a votação de destaques, e ainda terá de ir para o Senado. Qualquer alteração nos dois projetos implica retorno para nova votação na Câmara.

Enquanto isso, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realiza as últimas audiências públicas previstas também para discutir o projeto de regulamentação da reforma tributária. Nesta terça-feira (15), a comissão discutirá como se dará o período de transição da reforma tributária e se as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) serão revisadas anualmente pelo Senado Federal.

A medida visa garantir que o texto esteja claro quanto à essas reuniões para que a carga tributária não aumente no período de sete anos (2026 e termina em 2033) que a sociedade passar na transição. Na quarta-feira (16), a CAE dará continuidade à discussão. O tema exigirá dois dias, já que a transição para os novos tributos da reforma tributária pode ocasionar flutuação de preços, com alguns produtos e serviços mais caros e outros mais baratos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente do partido olha para 2026, 2028, 2030...

PSD: um MDB que Kassab pode chamar de seu

Grande vencedor do primeiro turno — 882 de seus candidatos a prefeituras foram eleitos —, o PSD desponta como um grande parceiro em 2026: o problema é saber se a aliança vai ocorrer à esquerda ou à direita. A exemplo do MDB, o partido fundado e comandado por Gilberto Kassab pode ir pra lá ou pra cá. Hoje, consegue estar representado no ministério

de Lula e no gabinete de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador São Paulo e uma das grandes estrelas da direita. Kassab é secretário estadual de Governo e de Relações Institucionais.

O PSD tem uma bancada semelhante à do MDB na Câmara (45 contra 44) e superior no Senado (15 a dez), mas guarda uma grande vantagem: o partido tem dono.

Cacique

Diferentemente do MDB, que mantém sua histórica característica de ser dominado por caciques regionais, o PSD tende a subordinar interesses estaduais a questões mais amplas, definidas por seu presidente. O que vale mesmo é o que Kassab define.

Pulverização

Presidente do MDB, o deputado Baleia Rossi (SP) é mais um articulador de diversos interesses estaduais, não demonstra ter condições de assumir um peso nacional. As grandes lideranças do partido são o governador do Pará, Helder Barbalho, e o senador Renan Calheiros (AL).



Entre Tarcísio e Lula, Kassab apoia os dois

Presidente do partido quer ser vice de Tarcísio

A eventual reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), reforçará o poder de Baleia, mas o PSD também participa da mesma coligação. E, diferentemente do colega do MDB, Kassab não esconde planos para o futuro: anunciou que estará com Tarcísio em 2026. De olho na vaga de vice na eventual chapa de reelei-

ção do governador, ressalva que o projeto presidencial do aliado é para 2030. A equação permite que ele apoie Lula em 2026 na disputa pelo Planalto e herde o governo paulista no pleito seguinte. O PSD elegeu 6.622 vereadores em 6 de outubro; o MDB, 8.109. O partido de Baleia garantiu 856 prefeituras.

Escondido

E por falar em São Paulo. A anunciada participação de Jair Bolsonaro num ato fechado, de integrantes do PL, em apoio a Nunes reforça que o ex-presidente deverá ser mantido a uma distância segura da campanha. O MDB teme a rejeição ao bolsonarismo e sua postura radical.

Obstáculo

A proposta de emenda constitucional que dá ao Congresso o direito de suspender decisão do Supremo Tribunal Federal que, a seu ver, contrarie a Constituição esbarra num obstáculo intransponível. Pela Constituição, cabe ao STF definir o que é... constitucional.

Bíblia

Governadora petista do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra transformou em lei o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa que autoriza a leitura de textos bíblicos em escolas. Isso, como fonte para estudos culturais, históricos, geográficos e arqueológicos.

Biombo

O projeto não passa de biombo para pregação religiosa em espaço laico — desde quando era proibido citar a Bíblia em estudos? E já que o precedente foi criado, é preciso aprovar lei que permita a leitura e discussão de textos sobre a rica mitologia de origem africana.